

Rádio Câmara – 01/10/2007

Reportagem Especial

Especial Gargalos da Economia 3 - crise energética - (04'32")

<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=ARQUIVO&nome=rdreportagem20071001-RE-0003-mp3-mono-028.mp3&endereço=Radio%5C2007%5C10%5C>

O governo assegura que a geração de energia no Brasil será capaz de acompanhar o crescimento econômico em torno de 5% ao ano. Investidores do setor, porém, questionam essa capacidade. O **Instituto Acende Brasil**, que representa investidores privados do setor de energia, alerta para o risco de um novo apagão no país. Segundo **Claudio Sales, presidente do Instituto**, esse risco é de 22% em 2011, percentual considerado muito elevado.

"O aceitável é que esse risco ficasse em torno de 5%. Para um crescimento do PIB de 4,8% e, na parte da oferta, considerando que não haja atraso nas usinas que estão em construção ou previstas para ficar prontas entre agora e 2011. E também nenhum atraso no termo de compromisso assinado pela Petrobras com a Aneel, segundo o qual a Petrobras se compromete a disponibilizar gás natural para as usinas que atualmente existem mas não têm gás para operar."

Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, garante que os empresários não têm por que se preocupar.

"Estamos numa situação tranquila no setor elétrico. Estamos trabalhando com previsão nos próximos 5 anos de crescimento de 4,8% e do mercado de energia de 5,5%. Para essa previsão, existe um equilíbrio estrutural entre oferta e demanda até 2010. Em 2011, existe a necessidade de contratar cerca de 1.400 MW médios. Esses 1.400 MW poderão ser contratados no próximo leilão, que vai ocorrer no início do ano que vem, para contratar energia para 2011."

De acordo com Maurício Tolmasquim, a contratação desses mil e 400 megawatts médios de energia para 2011 faz com que os riscos de apagão fiquem abaixo de 5%, conforme cálculos do Operador Nacional do Sistema.

"O mais interessante é que mesmo considerando um cenário pessimista de que não entrasse nada dos 1.400 MW médios, o que é bastante improvável, esse risco ainda estaria numa faixa bastante aceitável de 5,9%."

Os investidores de uma forma geral, e não apenas os do setor de energia, também querem regras claras para aportar recursos. Isso inclui a aprovação do projeto de lei das agências reguladoras, que tramita na Câmara dos Deputados. Dos 503 bilhões de reais de investimentos previstos no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, cerca de 40% são esperados da iniciativa privada para empreendimentos nas áreas de infra-estrutura.

Ralph Lima Terra, vice-presidente executivo da

Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, ressalta que o alicerce para o crescimento precisa ser feito já, ou o Brasil terá uma trava mais adiante.

"Na medida em que o país cresce a níveis de 5% ao ano, 4,5%, que são as condições colocadas aí, com certeza já começam a acontecer a partir deste ano, se não tivermos uma velocidade compatível no que diz respeito à preparação da infra-estrutura - e aí estou me referindo à energia, transporte, saneamento e telecomunicações - se os investimentos não ocorrerem na mesma velocidade e preparando o país para cada vez se desenvolver mais, a tendência será o aparecimento de mais gargalos na infra-estrutura brasileira."

O vice-presidente da Abdib, Ralph Terra, aponta ainda um outro desafio para governo e empresários: a formação de mão-de-obra capacitada para atender as necessidades de um mercado cada vez mais exigente, avançado tecnologicamente e globalizado.

De Brasília, Marise Lugullo